

# CIDADANIA, CAMINHO PARA UMA VIDA SAUDÁVEL

*Citizenship, the Road to a Healthy Life*

**Maria Cecília Cordeiro Dellatorre**

Médica sanitária

Mestre em Saúde Coletiva

Docente de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Marília

## sinopse

**I**ntersetorialidade para uma cidadania participativa. Essa é a base para a atuação do dia-a-dia das equipes do saúde da família, que devem pautar suas atividades no diálogo mediador com os atores sociais locais e seguimentos institucionais ou não, na busca da garantia e reconhecimento dos direitos da comunidade. Assim, estimulando práticas de saúde e soluções de problemas comuns.

## palavras-chave

Cidadania; equipe de saúde da família; intersetorialidade; promoção da saúde.

## abstract

**I**ntersectoriality for participative citizenship. This is the basis for the day-to-day actuation of the family health teams, which should direct their activities into mediating dialogue with the local social performers and institutional followings or not, in the search for guarantee and recognition of community rights. In this way, stimulating health practices and solutions to common problems.

## key words

Citizenship; family health team; intersectoriality; health promotion.

## CAUSAS E EFEITOS

Uma pesquisa feita por estudantes de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em três microáreas de uma unidade básica de saúde, mostrou as dificuldades das pessoas em cumprirem a recomendação de fazerem caminhadas. Cerca de 70% havia recebido esta recomendação, porém, de todos entrevistados, apenas 30% caminhavam. Uma das dificuldades apontadas foi o estado das calçadas (esburacadas, com desníveis, cheias de entulho), das ruas de moradia e para o bairro como um todo. Dos que receberam a recomendação, 30% já havia sofrido queda recente, 74% das quais nas calçadas, 15,6% em buracos nas ruas e 5,2% atropelados por bicicletas e 5,2% porque sentiram tontura.

Esta justificativa para não caminhar, não seguir a orientação recebida, é colocada com frequência pelas pessoas. Talvez não diretamente para o médico, mas para o ACS. Outras razões impeditivas, ou que dificultem as caminhadas, podem gerar constrangimentos e não serem colocadas tão facilmente. A lista pode ser interminável como não ter sapatos confortáveis, não ter roupas adequadas, não ter companhia ou, ainda, a "urina solta", a flatulência, os calos, a sede, o entusiasmo e a vontade que somem na hora de sair de casa.

Outra ordem de razões: não podem deixar os netos sozinhos, têm compromissos de trabalho em casa, têm pessoas dependendo delas, por problemas físicos e/ou mentais, têm medo de desafetos e /ou marginais...

São muitas as variáveis explicitadas, ou não explicitadas, que podem levar a que a aparente simples recomendação de fazer caminhadas não "possa" ser cumprida.

O ACS que cobra com insistência passa a ser evitado, mesmo o médico ou enfermeiro da equipe.

As desculpas evasivas do paciente não são aceitas, o que pode levar até ao abandono de todo o tratamento. Por parte da equipe, pode se iniciar um discurso de invalidação da clientela do tipo: "a gente cansa de falar, mas não ligam", "só querem remédios e exames", "não entendem que é para o bem deles", "ignorantes e irresponsáveis"... As conseqüências podem ser o desânimo com o trabalho, a valorização apenas dos que aderiram, deixando de lado os "desanimados, desinteressados", o uso de medidas um tanto autoritárias, com certa dose de chantagem emocional ou mesmo material, recursos vários, para que as "metas" sejam cumpridas.

Relativizando as dificuldades externadas, o reconhecimento de que as pessoas só participam quando se sentem realmente envolvidas e quando dispõem de clareza e condições para ultrapassar as barreiras que se interpõem ao cumprimento do recomendado pela ESF.

***São muitas as variáveis explicitadas, ou não explicitadas, que podem levar a que a aparente simples recomendação de fazer caminhadas não "possa" ser cumprida.***

***A busca de soluções e apoio pode ser parte das funções da Equipe de Saúde da Família (ESF), mas também pode ser do executivo, legislativo, judiciário, associação do bairro, da esfera municipal, estadual ou federal.***

## COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

As condições ou barreiras tanto podem ser individuais como coletivas. A busca de soluções e apoio pode ser parte das funções da Equipe de Saúde da Família (ESF), mas também pode ser do executivo, legislativo, judiciário, associação do bairro, da esfera municipal, estadual ou federal. Muitas vezes a própria ESF ou seus coordenadores podem pretender ser a "síntese da intersetorialidade" e tentar dar conta de tudo. Ser um pouco terapeuta ocupacional, monitor de lazer, líder de mutirões, diplomata e negociador com as diferentes estâncias de poder local, cozinheiro, hortelão, fornecedor de roupas e comida. Enfim, tentar preencher uma infinidade de lacunas de responsabilidades e/ou direitos sociais e até mesmo civis. Como saber e dar conta das limitações da ESF, quais as responsabilidades da sociedade, do(s) governo(s) ou do estado?

Murilo de Carvalho cita uma pesquisa feita em 1997, no Rio de Janeiro, onde ficou demonstrado a precariedade do conhecimento dos direitos civis, políticos e sociais. A pesquisa mostrou que 57% dos entrevistados não sabiam mencionar um só direito, sendo que só 12 % mencionaram algum direito civil.

Como pode, então, a ESF dar conta desde as caminhadas, que não são feitas por conta dos buracos nas calçadas, das unhas compridas do pé, da falta de creches, de espaços e cuidadores para deficientes físicos e mentais, o direito ou não à aposentadoria, à renda, ao trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, lazer, que são todos determinantes e/ou condicionantes da saúde, sem se transformar em "síntese da intersetorialidade"?

Não pretendendo ser "resumo" dos direitos sociais, civis e políticos, ou "rascunho" de cidadania.

O primeiro ponto essencial é a certeza de estar existindo comunicação entre a ESF e os que moram no bairro, no território da unidade.

Quando a equipe começa a perceber que invalida parte da comunidade, rotulando-a como a "que não entende", que é "acomodada", é um primeiro sinal de alerta.

Durante define a "linguagem como atividade humana complexa que permite aos homens representar as realidades mantendo estreita relação com o pensamento. Através da linguagem é possível a representação, a regulação do pensamento e da ação, e a comunicação de idéias, pensamentos e intenções".

Se a linguagem do ACS com a comunidade vai se burocratizando, escravizando as metas e programas rígidos, o risco de não estabelecer um diálogo e sim um monólogo constrangedor, é muito grande. Um recurso de fala muito utilizado é o de diminutivos, infantilizada, um arremedo de comunicação. Ela é ensurdecadora, de mão única, não transmite pensamentos, sequer intenções.

No caso da ESF pretender desempenhar um papel mediador, estimulador de práticas que busquem saúde, precisa decodificar os fatores impeditivos, debatê-los com pequenos grupos já mobilizados, procurando estabelecer novos vínculos, ou reforçar antigos que estejam fragilizados, entre os que apresentam problemas comuns.

Voltando ao exemplo, quem pode ajudar o outro a cortar as unhas dos pés, quem pode tratar os calos, quem pode dar o braço na caminhada, ficar e cuidar do neto ou do sobrinho deficiente?

D'Incao e Roy alertam sobre o papel mediador, para que "a intervenção permita que novas relações se construam sobre a autonomia das pessoas no direito de se exprimir e de negociar livremente as soluções dos problemas que lhes são comuns". Alerta, ainda, sobre o "cuidado de não permitir que as pessoas se alienem", transferindo, no caso a ESF, suas responsabilidades. A ESF deve informar, questionar, debater práticas que garantam a saúde e, reenviando a cada questão, o sentido e conseqüências das escolhas efetuadas.

Partindo desta relação mediadora, de respeito, segue-se a intermediação para o significado de direito, iniciando pelo direito à saúde, que é, e deve ser do conhecimento de toda a equipe do PSF.

## **CIDADANIA PARTICIPATIVA**

Para garantir o direito à saúde, que outros direitos devem ser assegurados, quais instâncias têm a função de garanti-los, quais organizações (ONGs) estão disponíveis para apoiar este debate, que secretarias municipais podem e devem ser acionadas, quais outras

instituições, como a promotoria pública, as companhias de saneamento, etc.?

A ESF deve ser cuidadosa nesta função, não avocando todos os encaminhamentos, saídas e soluções, pois corre o risco de se constituir em nova fonte de alienação, reproduzindo pela mediação os comportamentos de dominação, cooptação e/ou populistas.

É essencial que na Unidade de Saúde da Família (USF) cada morador do bairro tenha uma relação de cidadania e que isto seja aclarado, levando a uma cidadania participativa.

## ***É essencial que na Unidade de Saúde da Família (USF) cada morador do bairro tenha uma relação de cidadania e que isto seja aclarado, levando a uma cidadania participativa.***

A relação cidadã é explicitada no tratamento respeitoso, chamando cada um por seu nome próprio, respeitando horários, cumprindo compromissos assumidos, explicando ou explicitando as intercorrências que não permitiram a função de servir ao público. Estabelecendo e negociando regras claras, buscando garantir sempre normas de negociação nas situações de conflito. Sposati e colaboradores enfatizam a necessidade de interiorização "pelos quadros da administração pública, não apenas o sentido do direito, mas o dever, da necessária oferta universalizante dos serviços". Na questão das negociações, a autora sugere que se componha parceria com a sociedade que garanta negociações democráticas e co-participativas, alterando-se, assim, a prática tutelar e manipuladora.

## **O ESTABELECIMENTO DA RELAÇÃO CIDADÃ É A BASE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO EDUCATIVO**

O processo educativo que leve em conta algumas das qualidades indispensáveis - "qualidades não são algo com que nascemos ou que encarnamos por decreto ou recebemos de presente" - contidas na Quarta Carta de Paulo Freire: "Humildade - qualidade que exige coragem, confiança em nós mesmos, respeito a nós mesmos e aos outros. Reconhecer ... ninguém sabe

tudo; ninguém ignora tudo (...). A humildade ajuda a jamais deixar-me prender no circuito de minha verdade. Um dos auxiliares fundamentais da humildade é o bom senso que nos adverte estarmos próximos, com certas atitudes de ir mais além do limite a partir do qual nos perdermos"; "Tolerância não é, porém, posição irresponsável de quem faz o jogo do faz-de-conta. Ser tolerante não é ser conivente com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente"; e

"Segurança... demanda competência científica, clareza política e integridade ética."

A linguagem, a relação cidadã, as qualidades de educador, a compreensão dos membros da comunidade como pessoas presas nas múltiplas realidades coletivas que determinam suas condições de vida, mas que podem fazer, como propõe D'Incao e Roy, "a escolha de se encolher sobre si mesmo, de se resignar, mas também pode ser a escolha de se unir aos outros para transformar sua própria condição e a de todos" que vivem as mesmas questões. Cabe aos mediadores, isto é, a ESF "encontrar o caminho para ajudar cada um desses homens e mulheres a conquistar sua autonomia e a escolher livremente, unidos a outros e, conjuntamente, enfrentar tudo que lhes pesa em comum".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É função essencial da ESF fornecer dados e estudos epidemiológicos sobre a área. Torná-los público para subsidiar as reivindicações, a busca de soluções, para organizar e mobilizar o debate, pode ser um ponto de partida para a construção da cidadania, para a promoção da saúde.

Enfim, a ESF precisa cumprir o papel de mediador, de "alfabetizador" no Direito à Saúde, em cidadania, buscando, assim, caminhos para uma vida saudável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho JM. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- D'Incao MC, Roy G. Nós, cidadãos: Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Durante M. Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Freire P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1993.
- Origassa MC, Shinohara E, Dellatorre MCC. "Caminhe": as dificuldades dos idosos em seguir esta recomendação. In: 52º Congresso Brasileiro de Enfermagem [CD ROM]; 2002 ; Curitiba.
- Sposati AO, Falcão MC, Fleury S. Os direitos dos desassistidos sociais. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

*... "encontrar o caminho para ajudar cada um desses homens e mulheres a conquistar sua autonomia e a escolher livremente, unidos a outros e, conjuntamente, enfrentar tudo que lhes pesa em comum".*